



MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL  
PELA INOVAÇÃO

# A MEI E O DESAFIO DA INOVAÇÃO NO BRASIL

UM BALANÇO DE  
**10 ANOS**  
DE AVANÇO



Confederação Nacional da Indústria

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**





MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL  
PELA INOVAÇÃO

# A MEI E O DESAFIO DA INOVAÇÃO NO BRASIL

UM BALANÇO DE  
**10 ANOS**  
DE AVANÇO



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI**

*Robson Braga de Andrade*

Presidente

**SESI – Departamento Nacional**

*Robson Braga de Andrade*

Diretor

**SENAI – Departamento Nacional**

*Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti*

Diretor-Geral

**IEL – Núcleo Central**

*Paulo Afonso Ferreira*

Diretor-Geral



MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL  
PELA INOVAÇÃO

# A MEI E O DESAFIO DA INOVAÇÃO NO BRASIL

UM BALANÇO DE  
**10 ANOS**  
DE AVANÇO



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**

# APRESENTAÇÃO



Há 10 anos, nascia a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), por iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O momento, hoje, é outro, mas os dois pilares da MEI, anunciados no lançamento oficial do manifesto “Inovação: A Construção do Futuro”, continuam válidos e guiando suas ações. São eles: o compromisso de disseminar a cultura da inovação entre as empresas brasileiras e a articulação com o governo para atuar como parceiro estratégico na concretização desse desafio.

A agenda da MEI parte do reconhecimento das fragilidades estruturais do país e se concentra em refletir sobre o futuro, com base em referências internacionais. A intenção é apontar caminhos para promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, a fim de que o Brasil se torne um protagonista no cenário econômico mundial, sendo capaz de superar suas históricas desigualdades sociais e regionais.

Como as diversas experiências históricas ilustram, não há estrada fácil ou atalhos para transformar um país. Crescimento sustentado está associado a ganhos persistentes de produtividade, que dependem de contínuos investimentos em educação, tecnologia e inovação. Perseguir esses objetivos é fundamental.

A MEI se consolidou como um espaço de referência na sociedade brasileira para debater e promover a agenda de inovação, sempre de forma articulada com o setor público. Sua dinâmica é marcada por reuniões periódicas com as lideranças empresariais, interação permanente para a construção de iniciativas e o estabelecimento de convênios e ações conjuntas. Um exemplo é o Programa SENAI de Competitividade da Indústria Brasileira, parceria entre a CNI e o governo, que contemplou a criação da Rede dos Institutos SENAI de Tecnologia (IST) e dos Institutos SENAI de Inovação (ISI).

Aproveitando o ensejo dos seus 10 anos, fazemos um balanço dos avanços e conquistas da Mobilização Empresarial pela Inovação, especialmente das metas que ainda estão por atingir, sugerindo a necessidade de maiores esforços. Estamos caminhando na direção correta ao apoiar esse importante fórum de inovação, que tem no relacionamento entre os setores público e privado seu ativo principal. A atuação da MEI pode ser ainda melhor e mais assertiva.

Boa leitura.

**Robson Braga de Andrade**  
Presidente da CNI

© 2018. CNI – Confederação Nacional da Indústria  
© 2018. SESI – Serviço Social da Indústria  
© 2018. SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
© 2018. IEL – Instituto Euvaldo Lodi

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

IEL

**Diretoria de Inovação**

#### FICHA CATALOGRÁFICA

---

C748a

Confederação Nacional da Indústria.

A MEI e o desafio da inovação no Brasil: um balanço de dez anos de avanço / Confederação Nacional da Indústria, Serviço Social da Indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Instituto Euvaldo Lodi. – Brasília: CNI, 2018.

75 p. : il.

1. Inovação 2. Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação 3. MEI 4. Balanço  
I. Título

CDU: 005.591.6

---

**CNI**  
**Confederação Nacional da Indústria**  
**Sede**  
Setor Bancário Norte  
Quadra 1 – Bloco C  
Edifício Roberto Simonsen  
70040-903 – Brasília – DF  
Tel.: (61) 3317-9000  
Fax: (61) 3317-9994  
<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

**Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC**  
Tels.: (61) 3317-9989/3317-9992  
[sac@cni.org.br](mailto:sac@cni.org.br)





# SUMÁRIO

<b>01</b>	A constituição da Mobilização Empresarial pela Inovação – MEI	09
<b>02</b>	O Manifesto fundador da MEI	13
<b>03</b>	A agenda original da MEI e suas metas	17
<b>04</b>	O deslanche da agenda da MEI em 2010	21
<b>05</b>	O amadurecimento da MEI em 2011: a agenda propositiva ganha densidade	25
<b>06</b>	Consolidação e mais avanços da MEI em 2012 e 2013	33
<b>07</b>	A atuação da MEI diante da erosão da confiança entre 2014-2015	39
<b>08</b>	A MEI manteve a pró-atividade apesar do cenário adverso e incerto entre 2016-2018	45
<b>09</b>	Avaliação quantitativa e qualitativa dos avanços da MEI	53
<b>10</b>	Balanço da atuação da MEI pelas suas lideranças	59
<b>11</b>	Visões preliminares para a agenda da MEI nos próximos 10 Anos	67
<b>12</b>	Pontos de conclusão	73
	Apêndice	75



# A CONSTITUIÇÃO DA MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA INOVAÇÃO - MEI

# 1

# 1. A CONSTITUIÇÃO DA MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA INOVAÇÃO – MEI

No final de outubro de 2008, por ocasião do 3º Encontro Nacional da Indústria (ENAI) – tendo como pano de fundo a propagação da Grande Crise Financeira mundial, após a quebra do banco Lehman Brothers –, lideranças empresariais brasileiras, sob a inspiração da Confederação Nacional da Indústria (CNI), reagem com ambição e arrojo.

Forma-se um consenso entre as lideranças da indústria sobre a necessidade de articular uma mobilização empresarial para enfrentar o novo contexto de crise e de mudanças. A **inovação** foi apontada como a chave-mestra para encarar os desafios que se apresentam.

O ciclo de crescimento econômico, firme entre 2004 e 2008, propiciou condições mais favoráveis para investimentos em desenvolvimento tecnológico na indústria brasileira.<sup>1</sup> Interrompido este ciclo pela crise mundial, a inovação assumiu um papel estratégico fundamental de enfrentamento desse período adverso.

As lideranças industriais reconheciam os estímulos que haviam sido recém-criados (Lei da Inovação, em 2004, e Lei do Bem, em 2005), mas enfrentavam restrições em utilizar efetivamente esses incentivos. Havia, além disso, a compreensão de que sem uma estreita parceria com o governo, seria inviável aperfeiçoar as regulações, avançar na formação de recursos humanos qualificados, ampliar a infraestrutura científica e tecnológica e melhorar a provisão de serviços tecnológicos.

Surge, então, a ideia de lançar a **Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI)**, como iniciativa aglutinadora de uma nova perspectiva para o futuro da indústria. Em março de 2009, realiza-se a primeira reunião do Comitê de Líderes da MEI, com 24 representantes empresariais e 12 representantes

<sup>1</sup> Os dados da PINTEC/IBGE informam que a taxa de inovação da indústria brasileira tinha oscilado ao redor de 33% na primeira metade dos anos 2000 e, no período 2006-2008, se elevava para 38%, sugerindo uma correlação positiva entre crescimento industrial e investimentos em inovação.

de instituições governamentais. Começa, assim, um trabalho de reflexão, avaliação e formulação de propostas.

Importa sublinhar que, desde o início, a atuação da MEI foi concebida como uma mobilização pró ativa das empresas para que passassem a tratar a inovação como vetor central em suas estratégias de negócio. A inovação deveria estar no cerne da estratégia das empresas e ser uma missão do CEO e de seus diretores. À MEI cumpria o papel de aumentar a consciência empresarial sobre a relevância do tema e de mostrar como as empresas poderiam utilizar os instrumentos e estímulos disponíveis, tais como financiamentos, regulações e incentivos.

Vale reiterar, a MEI foi concebida como um movimento em que o protagonismo da inovação teria que ser, necessariamente, das empresas. Além disso, a MEI deveria articular uma agenda consistente para, através do diálogo, motivar o governo a melhorar as condições sistêmicas (tais como, educação, tratamento tributário, financiamento, propriedade industrial) e a elevar a governança e a eficácia da política pública de ciência, tecnologia e inovação.

Ainda no primeiro semestre de 2009, a MEI publica um documento intitulado “Mobilização Empresarial pela Inovação: Estratégia e Objetivos”. Define-se, então, a Iniciativa Nacional pela Inovação, tendo como norte um conjunto de oito diretivas, sendo:

i) sensibilização e mobilização de empresas e lideranças empresariais; ii) disseminação de informações e difusão de metodologias visando à inovação; iii) capacitação e treinamento de recursos humanos; iv) apoio à consultoria especializada para atender às demandas das empresas; v) apoio à gestão da inovação; vi) apoio a centros de serviços tecnológicos e de P&D empresarial; vii) descentralização e estímulo à organização de iniciativas estaduais e locais pela inovação; viii) coordenação de ações e governança.

As diretivas acima, ainda que preliminares e não hierarquizadas, deram o tom para a preparação do “Manifesto pela Inovação”, documento que articula de forma clara e coerente o que viria ser a MEI.





## O MANIFESTO FUNDADOR DA MEI

\* IDV original de 2009 que representa o manifesto da MEI.

# 2

## 2. O MANIFESTO FUNDADOR DA MEI

O Manifesto “**Inovação: A Construção do Futuro**” é considerado como o marco fundador, que deu consistência, efetividade e alcance às atividades da MEI. Esse documento estabeleceu os dois pilares do movimento: a articulação com o governo e a mobilização do sistema empresarial, além de apontar para o compromisso de duplicar, em quatro anos, o número de empresas inovadoras.

Formalizado em 19 de agosto de 2009, por ocasião do 3º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, o Manifesto recebeu a adesão imediata de 140 empresas durante o evento, que contou com 320 empresas, dentre 533 participantes. Em outubro de 2009, uma comissão de líderes, coordenada pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, entrega o Manifesto ao então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, junto com propostas de promoção da inovação industrial.

O Manifesto fundador da MEI mostrou compromisso, clareza e visão premonitória:

*Nós, industriais brasileiros, firmamos um compromisso com a mudança. O objetivo é vencer o desafio do qual dependerá uma inserção mais dinâmica do país na economia global. O desafio da **inovação**.*

A clareza quanto à missão da MEI foi posta em relevo de forma cristalina:

*Precisamos essencialmente fazer uma revisão radical de como tratamos a Inovação – sabendo que o papel principal nessa marcha cabe às empresas. A agenda da inovação é acima de tudo uma agenda empresarial, mas os ganhos a alcançar devem ter significado para toda a sociedade.*

A visão de longo prazo que anteviu a corrida industrial e tecnológica contemporânea, hoje amplamente reconhecida, foi sublinhada no 4º parágrafo:

*A crise internacional reforça esse quadro. O mundo mudará de forma significativa nos próximos anos. As economias desenvolvidas voltam-se ainda mais para novos setores e tecnologias. E temos fortes competidores entre os países emergentes.*

O Manifesto reconhece que o protagonismo empresarial precisa estar combinado com a política governamental. Sem esta parceria, a agenda da inovação não conseguiria avançar. Vide, nesse sentido, os seguintes excertos:

*Nossa mensagem é clara: a agenda da inovação pressupõe um intenso entrosamento com o governo, sem retirar da indústria a responsabilidade que lhe é própria e que decorre de sua vocação empreendedora (7º parágrafo).*

*Em toda parte, os governos dão forte apoio para que as empresas inovem. Isso resulta do reconhecimento da importância estratégica de investir em inovação (8º parágrafo).*

Fica nítido, portanto, que a fundação da MEI partiu de uma compreensão lúcida a respeito dos desafios contemporâneos e, por meio de suas lideranças, sob iniciativa da CNI, assumiu uma responsabilidade histórica de liderar um processo amplo de disseminação e de mudança de mentalidade empresarial em relação à inovação:

*A MEI é uma conclamação à indústria brasileira para colocar a inovação no plano estratégico das empresas.*

*A plataforma da CNI e do Fórum Nacional da Indústria que estamos aqui lançando, com apoio de lideranças industriais, irá nos conduzir nessa tarefa. Mobilizaremos nossos melhores recursos para cumpri-la. Vamos disseminar a cultura da inovação, impregná-la na indústria, mostrar que o futuro depende de nossa capacidade de inovar.*

*Essa nova plataforma compreende núcleos de inovações nas Federações da Indústria; a generalização das ações de suporte à inovação já em curso nas Associações Setoriais; a maior ênfase nos serviços técnicos e tecnológicos do SENAI; a parceria com o SEBRAE para a difusão de metodologias junto às pequenas empresas; a articulação dos diversos setores para estabelecer de comum acordo metas de inovação com o setor público. E, com apoio dos empresários que aqui se comprometem com a inovação, criaremos uma governança capaz de estimular e cobrar resultados.*



Porém, em estreita parceria com o governo:

*A MEI é também um convite ao governo para uma parceria estratégica. É um estímulo para que o governo fortaleça as ações em curso e deflagre, em conjunto com o setor privado, uma Iniciativa Nacional pela Inovação – INI.*

*Ela consolidará o alinhamento entre a área pública e a área privada que aproximou a inovação da política industrial.*

Hoje, dez anos após a concepção e lançamento da MEI, é oportuno efetuar um balanço dos seus avanços e conquistas, assim como de suas insuficiências e missões ainda a cumprir.



## A AGENDA ORIGINAL DA MEI E SUAS METAS

# 3

### 3. A AGENDA ORIGINAL DA MEI E SUAS METAS

A agenda original da MEI, enunciada no Manifesto da Inovação, sintetizou a temática mais relevante que, como veremos, veio sendo desdobrada nas suas versões posteriores. A agenda teve, desde o início, relevância como guia da atuação operacional da MEI, especialmente ante o governo.

Mais além de reiterar “as deficiências estruturais que tolhem a nossa competitividade, como os gargalos na infraestrutura, o sistema tributário e o custo do capital”, o Manifesto sublinhou um conjunto de temas que deveriam merecer atenção prioritária do governo e do setor privado.

- 1) A inovação como atividade coletiva (outra forma de caracterizar os ecossistemas de inovação), cujo avanço depende de sólidas instituições de pesquisa, infraestrutura científica, boas universidades com mais centros de excelência e fortalecimento da relação universidade-empresa.
- 2) A educação como desafio primordial, diante da baixa qualidade do sistema, fragilidade do ensino médio, formação deficiente dos que ingressam nas universidades, perfil inadequado dos egressos e as deficiências nacionais em engenharias e ciências.
- 3) Regulações atrasadas ou contraproducentes que desestimulam o empreendedorismo, a competição e a capacitação tecnológica das empresas. O avanço dos marcos regulatórios deve merecer prioridade e buscar constante atualização.
- 4) Necessidade de aperfeiçoamento das leis de incentivo e da gestão dos fundos setoriais, como Lei da Inovação, Lei do Bem, Fundos Setoriais do Petróleo, Telecomunicações, Informática e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).
- 5) Formulação de uma estratégia de política industrial que promova a integração aos mercados internacionais, habilite as empresas a competir globalmente, utilize o poder de compra do Estado para estimular a inovação e use o conteúdo local como forma de agregar valor e conhecimento à matriz industrial.
- 6) Considerar os imperativos da questão ambiental e a vocação brasileira para a sustentabilidade.

7) Modernizar a gestão pública, para estimular um contexto mais propício à inovação no conjunto do país.

Cumpre, portanto, avaliar como, nesses dez anos, a MEI contribuiu para o avanço dessa agenda de políticas públicas, destacando as áreas em que foram obtidos progressos e conquistas e aquelas nas quais as deficiências e atrasos ainda permanecem e que demandam esforços adicionais.

Paralelamente, é necessário analisar o desempenho da MEI no que toca à efetividade do processo de mobilização empresarial. A meta contida no Manifesto de fundação era bastante ambiciosa:

*Hoje, cerca de 6 mil empresas brasileiras fazem pesquisa e cerca de 30 mil declaram inovar em produtos e processos. **Temos uma meta: duplicar o número de empresas inovadoras nos próximos quatro anos.***

O Manifesto continha outras propostas. Em seus parágrafos de fecho propunha:

*Queremos fixar metas setoriais de inovação; queremos um expressivo apoio à gestão da inovação; queremos uma ação conjunta centrada na inovação empresarial e uma governança capaz de estimulá-la. Queremos que a política de inovação olhe para o futuro. E, mais que tudo, afirmamos nosso compromisso com a inovação em nossas empresas.*





O DESLANCHE DA AGENDA  
DA MEI EM 2010

4

## 4. O DESLANCHE DA AGENDA DA MEI EM 2010

Como é sabido, a recuperação da economia brasileira – após o impacto negativo da crise mundial no último trimestre de 2008 e que perdurou no primeiro semestre de 2009 – foi rápida e bem-sucedida, em razão da política anticíclica adotada pelo governo. Já em outubro de 2009, apenas um ano depois da eclosão da crise financeira global, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI/ CNI) registrava 58 pontos.<sup>2</sup>

A confiança cresceu ainda mais em 2010, mantendo-se perto de 60 pontos no primeiro semestre. Os índices cederam lentamente na segunda metade de 2010, caindo para 54,6 pontos em dezembro e continuaram em leve queda no primeiro semestre de 2011, porém ainda acima do limiar de 50 pontos.

A recuperação do crescimento brasileiro com certa euforia, ao longo de 2010, estimulou a mobilização empresarial. A MEI trabalhou firmemente para a constituição de Núcleos de Inovação nas Federações estaduais da indústria e nas associações setoriais com as seguintes missões: a) sensibilizar e motivar empresas para a inovação; b) capacitar empresas e auxiliar na implantação de sistemas de gestão da inovação; e c) criar uma comunidade de empresas inovadoras.

Além disso, a MEI elaborou a Cartilha de Gestão da Inovação e, por intermédio da CNI, foi firmado convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o objetivo de estimular projetos de inovação nas micro e pequenas empresas, por meio de consultorias que auxiliam na elaboração de planos de capacitação e de gestão da inovação.

Na esfera da articulação com o governo, a FINEP lançou, em sintonia com a CNI, uma chamada pública para estruturação de núcleos de apoio à gestão da inovação. No campo da cooperação entre grandes empresas e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), aperfeiçoaram-se as linhas de financiamento à inovação, com ênfase na estruturação de centros de P&D.

<sup>2</sup> A posição do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) acima de 50 pontos significa expectativa de expansão industrial; em 50 pontos a expectativa é neutra e abaixo de 50 pontos significa expectativa de retração.

Finalmente, a MEI pleiteou uma série de medidas do governo federal de apoio à inovação. Entre elas, destacam-se: a lei que define margem de preferência para produtos locais e com desenvolvimento nacional (Lei n. 12.349/2010); a exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL de subvenções à inovação obtidas pelas empresas, por meio da Lei n. 12.350/2010; e a instituição da Sala de Inovação (Portaria Interministerial n. 930/2010), que reuniu ministérios e agências públicas para centralizar e agilizar decisões sobre os incentivos à inovação no Brasil.

Do ponto de vista de sua organização interna, em 2010, a MEI consolidou sua governança e adotou a prática de reuniões periódicas dos líderes empresariais, posteriormente denominadas de reuniões do Comitê de Líderes da MEI. Naquele ano, o número total de participantes nas reuniões desse Comitê foi, em média, de 27 pessoas, sendo um terço de empresários, 37% de representantes do setor público e o restante de colaboradores do Sistema Indústria.

Em clima de confiança empresarial e contando com boa receptividade do governo, a MEI logrou ultrapassar, com êxito, o estágio mais difícil de afirmação de sua utilidade como fórum de articulação e de mobilização.

Na última reunião de 2010, o Comitê de Líderes aprovou seu planejamento para o ano seguinte, definindo dez temas como as prioridades de sua agenda, a saber:

- 1) P&D pré-competitivo;
- 2) Aprimoramento do Marco Legal;
- 3) Agendas Tecnológicas Setoriais;
- 4) Formação de Recursos Humanos;
- 5) Projetos Estruturantes de P&D em Larga Escala;
- 6) Inovação para Exportações;
- 7) Inovação para PMEs;
- 8) Internacionalização de Empresas;
- 9) Propriedade Intelectual;
- 10) Atração de Centros de P&D.







O AMADURECIMENTO  
DA MEI EM 2011:  
A AGENDA PROPOSITIVA  
GANHA DENSIDADE

5

## 5. O AMADURECIMENTO DA MEI EM 2011: A AGENDA PROPOSITIVA GANHA DENSIDADE

Apesar do declínio moderado da confiança empresarial, desde meados de 2011 até o final de 2013, tendo em vista o grave risco de implosão da Zona do Euro e dos sinais de exaustão do ciclo de investimentos no Brasil, a boa receptividade do governo federal em relação à agenda da MEI manteve a trajetória de avanços.

A pauta de dez pontos, supraenumerada, tinha como objetivo concentrar esforços e tratar esses temas com atenção e continuidade. Para isso, cada tema passou a ser acompanhado, permanentemente, por um líder empresarial, contando com apoio técnico da estrutura do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e da CNI para a produção de documentos propositivos.

Essas propostas foram apresentadas e validadas nas reuniões do Comitê de Líderes da MEI e encaminhadas a interlocutores governamentais como sugestões para políticas de apoio à inovação na indústria. No 4º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, realizado em agosto de 2011, essa pauta foi publicamente encaminhada ao governo por meio do documento “O estado da inovação no Brasil: uma agenda para estimular a inovação”.

Ainda durante o 4º Congresso, os empresários industriais apresentaram outro documento denominado “Compromisso pela Inovação”, conclamando as empresas ao investimento em inovação e reivindicando ao governo a definição de políticas e ações para acelerar a inovação na indústria brasileira.

Outra ação importante, ocorrida durante o mesmo evento, foi a assinatura de um memorando entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a CNI para criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). A ação conjunta teria início com a realização de uma experiência piloto, envolvendo três institutos de pesquisa tecnológica. O destaque aqui é importante porque foi uma iniciativa construída em conjunto, pelo governo e a MEI. A proposta inicial foi do MCTI e, imediatamente, se formou um grupo de trabalho com a CNI para formatação do projeto de institucionalização da EMBRAPII.

O 4º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria mostrou um salto de qualidade, tanto na articulação com o governo, quanto na mobilização empresarial. O número de participantes cresceu mais de 50% em relação ao congresso anterior. Foram 834 pessoas inscritas no Congresso de 2011, sendo cerca de 80% do meio empresarial. É importante ressaltar que, além do aumento do número de participantes, a agenda propositiva da MEI ganhou densidade, objetividade e especificação técnica.

No que toca ao aprimoramento do Marco Legal, por exemplo, inicialmente, a MEI destacou o aperfeiçoamento da legislação de incentivos fiscais e da subvenção econômica.

Em relação aos incentivos fiscais, dois eram os objetivos. Em primeiro lugar, destacou-se a questão da insegurança jurídica. O entendimento no governo sobre as atividades de pesquisa e desenvolvimento era muito limitado e impreciso e, por isso, o risco de glosa das despesas era grande. Para prevenir discrepâncias com a Secretaria da Receita Federal, ou as empresas abdicavam dos incentivos ou, então, eram muito conservadoras na mensuração das suas atividades tecnológicas, computando somente despesas que, sem sombra de dúvida, seriam consideradas como pesquisa e desenvolvimento. O nó da questão residia no entendimento do termo “desenvolvimento”, na medida em que não estava claramente normatizado o limite entre o desenvolvimento de produtos e a produção regular destes.

Em segundo lugar, na visão dos empresários, a Lei do Bem era pouco efetiva porque continha uma série de insuficiências. O sintoma de baixa efetividade era claro: apesar de existirem milhares de empresas inovadoras apenas 767 utilizaram o incentivo à época. A MEI formulou, então, sugestões para melhorar a eficácia dos incentivos. Entre estas, devem ser destacadas:

- i) possibilidade de fruição do incentivo fiscal por um período superior ao ano corrente em que a despesa é efetuada. Esse ponto é fundamental, porque, no ano em que o P&D foi efetuada, a empresa pode não ter obtido rentabilidade positiva ou suficiente;
- ii) estender o incentivo às empresas que utilizam o regime fiscal do lucro presumido e àquelas com opção pelo Simples Nacional;
- iii) eliminar a restrição à contratação de outras empresas para a realização de P&D externo à empresa incentivada;

- iv) permitir a aquisição de serviços de desenvolvimento no exterior limitado a um percentual da atividade de P&D da empresa;
- v) permitir a contabilização de despesas em dobro com a contratação de mestres e doutores destinados a atividades exclusivas de desenvolvimento de tecnologia, por um período de três anos.

As duas primeiras propostas tinham por objetivo ampliar o número de empresas beneficiárias e a fruição do incentivo fiscal. As demais propostas ampliariam marginalmente a renúncia fiscal, porém aumentariam a efetividade do incentivo. Essas propostas, infelizmente, embora prometidas em algum momento pelo governo, não foram implementadas e remanescem com prioridade na agenda da MEI.

Em relação à subvenção econômica, a principal demanda empresarial era a possibilidade de sua utilização para despesas de capital do processo de pesquisa e desenvolvimento. Outra demanda era a de autorizar o BNDES a operar subvenções, permitindo que o FUNTEC (fundo do BNDES com recursos oriundos do seu lucro) pudesse ser aplicado em P&D das empresas, e não apenas em instituições de pesquisa sem fins lucrativos.

Em relação ao tema de P&D pré-competitivo, a MEI buscou chamar a atenção para a relevância das atividades de escalonamento (*scaling up*) nos processos de inovação, principalmente para as indústrias de alta escala e processos contínuos de produção, que demandam investimentos vultosos em plantas piloto para se poder testar a exequibilidade e eficiência de novos processos/produtos.

É importante a compreensão da importância do P&D pré-competitivo: quando a P&D sai da escala de laboratório e caminha em direção à escala industrial e comercial, é imprescindível demonstrar a viabilidade e a competitividade econômica da tecnologia.

Muitas vezes, os projetos são abortados nessa fase (também conhecida como “vale da morte”), seja porque os investimentos são elevados, seja porque o escalonamento se revela técnica ou economicamente inviável.

Em função dos altos riscos e requisitos de capital, o P&D pré-competitivo demanda a contribuição de recursos públicos na modalidade não reembolsável com o objetivo de compartilhar riscos. No caso brasileiro, a impossibilidade de utilização da subvenção econômica para despesas de capital, juntamente com os empecilhos à formação de arranjos institucionais adequados à cooperação

pré-competitiva, inibe a alocação de recursos para esse tipo de projeto tecnológico intensivo em capital.

Considerando o peso econômico e a relevância do escalonamento para os processos de inovação nos setores industriais de alta escala produtiva, esse tema deve permanecer com prioridade na agenda da MEI.

Em relação à atração de centros de P&D para o Brasil, a MEI sugeriu algumas medidas: a) tornar a Sala de Inovação uma prática ativa, especialmente nos setores intensivos em P&D; b) promover a sintonia fina entre as políticas de Estado e a inovação empresarial; c) coordenar o alinhamento entre as fundações de amparo à pesquisa e os parques tecnológicos; d) aperfeiçoar o funcionamento do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e acelerar os processos de análise; e) mitigar as carências de recursos humanos qualificados no país. Em alguns desses pontos, verificaram-se avanços sendo, porém, insuficientes, o que justifica a continuidade da atenção por parte da MEI.

Na esfera da propriedade intelectual (PI), a MEI partiu do reconhecimento da importância do modelo de propriedade intelectual vigente no Brasil ao longo do processo histórico de industrialização via substituição de importações.

No contexto atual, porém, faz-se necessário um novo modelo de propriedade intelectual/industrial.

Esse novo regime deveria garantir segurança jurídica para a negociação de direitos de propriedade entre os atores que produzem o conhecimento; ser compatível com as ambições do Brasil de ser produtor e proprietário de tecnologia e conhecimento; e ser compatível com as características transacionáveis do conhecimento e com o avanço dos modelos colaborativos de inovação.

Para tanto, propôs-se uma agenda de sete pontos: 1) política pragmática, ajustada aos interesses do país; 2) segurança jurídica para PI; 3) estímulo e proteção ao conhecimento e aproveitamento econômico da biodiversidade brasileira; 4) aprimoramento do marco legal de PI para a biotecnologia; 5) proteção aos cultivares desenvolvidos no país; 6) esforço concentrado de melhoria operacional do INPI; 7) ampliação dos serviços de mapeamento e informação sobre patentes e novas agendas.

A MEI formulou propostas objetivas para cada um desses pontos, indicando as modificações legais necessárias nos casos pertinentes. Avanços nessa agenda foram obtidos nos anos seguintes graças aos esforços da MEI, coroados com a sanção da Lei n. 13.123, em 20 de maio de 2015, e posterior regulamentação, em maio de 2016.

Em relação à temática dos recursos humanos, a MEI ressaltou que, apesar do crescimento do número de vagas nos três níveis de ensino, persistem desequilíbrios significativos, tanto quantitativos – na medida em que é estreito o funil que permite acesso ao ensino superior segundo sua faixa etária – quanto desequilíbrios qualitativos, evidenciados pelas deficiências de formação dos docentes e pela relativa desatualização dos conteúdos dos cursos.

A ênfase na educação básica deve ser uma preocupação constante, mas não pode ser exclusiva. É necessário aumentar a escala e a qualidade do ensino médio, técnico e profissional, aliando-se a formação em sala de aula com o treinamento no trabalho. Além disso, a educação profissional e o ensino superior precisam induzir processos de educação continuada que habilitem a “capacidade de aprender e de adaptar-se” às novas tecnologias e às mudanças do mercado de trabalho.

Apesar da baixa participação relativa dos diplomas universitários nas áreas de STEM (sigla em inglês que se refere a ciências, tecnologia, engenharia e matemática) – de 16% no Brasil, em contraposição a cerca de 30% na Alemanha e Coreia do Sul –, o crescimento das matrículas nas áreas tecnológicas acelerou entre 2009 e 2016, atenuando moderadamente a defasagem. Houve uma expansão firme das matrículas em cursos de engenharia a um ritmo anual de 14,6%, embora, em função da evasão, o número de concluintes tenha crescido cerca de 10,5% ao ano.

Apesar desses avanços, os desafios persistem: em comparação com o padrão observado nas economias industriais avançadas, nossos números continuam baixos: anualmente, apenas 5% dos formandos no ensino superior vêm dos cursos de engenharia. Além disso, os novos requisitos de qualificação decorrentes das tecnologias digitais ainda não foram plenamente absorvidos nos cursos existentes. Na visão da MEI, requer-se uma política de longo prazo que amplie a quantidade e qualidade da formação nas áreas de STEM.

Sobre a internacionalização de empresas e das atividades de inovação, a MEI propôs a reconstituição do grupo de trabalho de internacionalização da

Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) para integrar instrumentos de políticas governamentais espalhadas entre diferentes instituições públicas, compatibilizando-os com o porte das empresas e com os estágios de internacionalização alcançados, características essas que demandam tratamentos distintos.

Não obstante, a principal restrição ao processo de internacionalização de empresas é a elevada carga tributária no Brasil, aplicada por extensão às atividades no exterior, incorrendo-se em bitributação. O sistema tributário brasileiro foi concebido para um país importador de capitais, implicando significativo ônus às empresas em fase de internacionalização. Para contornar esse problema, a MEI sugeriu propostas de aperfeiçoamento do regime tributário.

As empresas menores enfrentam maiores dificuldade, pois demandam apoio para o processo de internacionalização, principalmente na fase inicial, com o conhecimento dos mercados e acesso a informações de outros países.

Outra sugestão é a concessão de apoio à inovação colaborativa realizada em escala global, realizada em diferentes países e que conte com a participação de diferentes atores, como empresas e instituições de pesquisa do exterior. O sistema de fomento brasileiro inibe iniciativas nessa direção, restringindo o financiamento e concedendo incentivos fiscais apenas às atividades de P&D realizadas no território nacional.

O engajamento do número crescente de lideranças, a consolidação de uma agenda objetiva de prioridades e a formulação de proposições tecnicamente fundamentadas revela, com clareza, como a MEI amadureceu e ganhou densidade ao longo de 2011. A partir destes ganhos, a MEI iria conquistar mais avanços em 2012 e 2013.







CONSOLIDAÇÃO E MAIS  
AVANÇOS DA MEI  
EM 2012 E 2013

6

## 6. CONSOLIDAÇÃO E MAIS AVANÇOS DA MEI EM 2012 E 2013

Como já foi sublinhado, apesar da crise do Euro e da desaceleração do crescimento global (incluindo a China), dos sinais de exaustão do ciclo de expansão brasileiro, acompanhado de lenta e continuada erosão da confiança empresarial, a atuação da MEI manteve o impulso afirmativo. Foram deslanchadas iniciativas, com firme suporte da CNI, mantendo-se a boa receptividade do governo que, por sua vez, respondeu com novos programas e parcerias relevantes.

No primeiro trimestre de 2012, a MEI elaborou seu **planejamento estratégico**. O tema do financiamento à inovação ganhou ênfase e, em setembro daquele ano, na reunião do Comitê de Líderes da MEI, houve uma apresentação que, pela sua importância estratégica, merece ter aqui reproduzidas suas conclusões:

*Os impactos dos Fundos Setoriais sobre o Sistema Nacional de Inovação e sobre a própria inovação têm sido limitados. Isto se deve, tanto à limitação dos recursos disponíveis para atender às demandas como, também, a dificuldades criadas pelo quadro legal institucional. É preciso avaliar a importância e os impactos para as empresas que estão utilizando os instrumentos;*

*Os Fundos Setoriais contribuíram para melhorar o sistema de C&T, particularmente em termos de infraestrutura, mas os benefícios para inovação são mais restritos e mais recentes, e estão associados à subvenção e expansão do crédito com redução da taxa de juros. No entanto, as operações ainda são limitadas e alcançam poucas empresas;*

*Além de assegurar a plena execução do FNDCT, é preciso viabilizar um programa de investimentos em infraestrutura de CT&I para dotar o país de capacidade para inovar;*

*A pulverização e dispersão no uso dos recursos reduz o papel estratégico do FNDCT. É preciso repensar as diretrizes estratégicas para as ações do FNDCT, delimitar com mais clareza objetivos e campos de ação;*

*Os recursos destinados aos projetos cooperativos e subvenção têm sido relativamente baixos. É preciso estimular e atrair as empresas para participar e cofinanciar projetos cooperativos;*

*Para tanto, é preciso melhorar as condições de acesso das empresas aos recursos do FNDCT por meio da mobilização para a inovação e adequação e simplificação dos procedimentos à realidade das empresas;*

*Valorizar o papel dos Comitês Gestores e dos setores produtivos na orientação estratégica dos fundos setoriais;*

*Criação de mecanismo formal para a definição das ações transversais com participação dos representantes do governo, academia e setores produtivos.*

*As operações de crédito da FINEP dependem hoje de recursos transitórios do PSI e dos empréstimos do FNDCT e FUNTTEL, soluções paliativas e insuficientes para atender à demanda crescente das empresas. É preciso eliminar o contingenciamento e definir novas fontes de financiamento para a FINEP.*

Nota-se que essas conclusões perfazem uma avaliação dura, porém correta, da estrutura de financiamento a CT&I no Brasil. Indo além do desafio da mobilização e do não contingenciamento dos recursos, questionava-se a gestão e a estrutura de governança do sistema de financiamento, principalmente da sua principal fonte – o FNDCT.

A citada apresentação destacou o anacronismo desse Fundo para o financiamento à inovação nas empresas e assinalou que a principal agência de fomento à inovação, a FINEP, não dispõe de *funding* adequado ao financiamento dos projetos empresariais.

Haveria, portanto, que se repensar todo o sistema de financiamento a CT&I, em especial às atividades desenvolvidas pelas empresas.

As parcerias entre a CNI, a MEI e o governo foram fortalecidas. O IEL, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o MCTI chancelaram o Programa de Certificação Avançada em Gestão da Inovação, em conjunto com a Escola de Negócios Internacionais e Empreendedorismo (SIBE) da Universidade Steinbeis Berlin (SUB), Alemanha. Essa iniciativa transferiu conhecimentos relevantes para os programas de gestão da inovação patrocinados pelo IEL.

Ao longo de 2012, a CNI aprofundou entendimentos com o BNDES, no sentido de viabilizar uma expansão significativa da capacidade do SENAI, tendo em vista a aceleração das inovações tecnológicas. Desse processo resultou o Programa SENAI de Competitividade da Indústria Brasileira, visando o aumento de vagas e a ampliação das estruturas de educação profissional e tecnológica, bem como a criação da Rede dos Institutos SENAI de Tecnologia (IST) e dos Institutos SENAI de Inovação (ISI), com base em financiamento reembolsável do BNDES, concedido em condições favoráveis.

Foram definidos investimentos em 58 Institutos SENAI de Tecnologia, voltados para a prestação de serviços tecnológicos para as empresas. Desse total, 46 contariam com recursos de empréstimo do BNDES, sendo os restantes financiados com recursos próprios do SENAI.

Simultaneamente, foram definidos 23 Institutos SENAI de Inovação dedicados à pesquisa aplicada e de alta complexidade para apoio a projetos inovadores das empresas. Em 2012, sete institutos estavam em condições de receber as liberações de recursos do banco e, até 2014, todos os demais deveriam estar em condições de completar seus projetos. Posteriormente, o número de ISI foi elevado para 26.

Essas duas iniciativas se constituem em marco na história do SENAI, ampliando e modernizando suas instalações para melhor atender às demandas das empresas do setor industrial brasileiro, compreendendo investimentos de R\$ 2,5 bilhões. Uma avaliação resumida do Programa SENAI de Competitividade consta do Box 2, apresentado adiante.

A interação da CNI, e dos empresários da MEI com o governo federal veio se intensificando ao longo do tempo com algumas iniciativas conjuntas importantes e maior articulação para aperfeiçoamento das políticas de apoio à inovação na indústria. Foi nesse contexto de cooperação que, em 14 de março de 2013, realizou-se a reunião do Comitê de Líderes da MEI no Palácio do Planalto, em Brasília-DF, com a presença da Presidente da República Dilma Rousseff.

Nessa reunião, foram feitas apresentações de seis temas da agenda da MEI por diferentes líderes empresariais, a saber: internacionalização de empresas brasileiras; atração de centros de P&D; propriedade intelectual e acesso à biodiversidade; inovação e sustentabilidade; projetos de grande porte e setoriais; e marco legal e financiamento à inovação.

Por parte do governo, o evento marcou o lançamento do *Programa Inova Empresa*, que visava ampliar os investimentos em inovação na indústria brasileira, por meio da concessão de maior apoio a projetos de risco tecnológico. O *Inova Empresa* buscava fortalecer a interação entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, valendo-se da integração dos instrumentos de apoio à inovação da FINEP e do BNDES, com foco em áreas estratégicas e em projetos cooperativos, totalizando financiamentos no montante de R\$ 32,9 bilhões.

Foram definidas sete áreas estratégicas: Agropecuária, Energia, Petróleo e Gás, Complexo da Saúde, Complexo Aeroespacial e Defesa, Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs) e Sustentabilidade Socioambiental. Posteriormente, agregou-se a essa lista a área da Química de Renováveis.

Houve, também em março de 2013, o lançamento formal da EMBRAPII como organização social, com o compromisso de recursos governamentais para sua operação, através de um contrato de gestão, no valor de R\$ 1 bilhão, a serem desembolsados em seis anos. O modelo operacional da EMBRAPII havia sido testado através de um projeto-piloto (apoiado pela FINEP com recursos do FNDCT, liberados em 2011) que reuniu o SENAI-CIMATEC (Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia do SENAI) o IPT-SP (Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo) e o INT (Instituto Nacional de Tecnologia do MCTI).<sup>3</sup>

A articulação da MEI com o governo federal avançou também no lançamento do *Programa Inova Talentos*, no segundo semestre de 2013. Essa é uma cooperação entre o CNPq e o IEL, cujo objetivo é capacitar recursos humanos para atividades de inovação na indústria.

Em agosto de 2013, a CNI, no âmbito da MEI, realizou o *5º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria*. O evento contou com a participação de cerca de 800 pessoas, sendo 424 do meio empresarial. Durante o Congresso, foi lançado o livro “Cadeias de Valor de Grandes Empresas – 22 Casos”, produzido pela CNI, com a apresentação de 22 casos de inovação por empresas participantes em cadeias produtivas de grandes empresas.

Com esses exemplos, a CNI e a MEI buscavam demonstrar que o sistema empresarial estava efetivamente mobilizado para expandir a P&D e que as grandes empresas vinham cumprindo um papel indutor de inovações ao

3. Posteriormente, constatou-se que o aporte de recursos à EMBRAPII no período 2013-2018, em função das restrições fiscais, ficou aquém do previsto inicialmente, alcançando cerca de R\$ 400 milhões.

longo de suas cadeias produtivas. Ao mesmo tempo, a publicação aspirava gerar um efeito-demonstração para que outras grandes empresas iniciassem estratégias de cooperação com institutos de pesquisa e firmas participantes das respectivas cadeias produtivas.

Ainda em 2013, devem ser sublinhadas outras iniciativas da MEI, tais como, o *Editais SENAI-SESI de Inovação* e o *Prêmio Nacional de Inovação*, ambos voltados a estimular iniciativas inovadoras nas empresas, principalmente nas de menor porte.

Foram realizadas novas edições do *Prêmio Nacional de Inovação* que, em 2012, recebeu o apoio do SEBRAE, visando ao aumento da participação das MPEs. Em 2012, foram recebidas 981 inscrições, sendo 80% de pequenas empresas das 27 unidades da Federação. Em 2013, o número de inscrições mais que dobrou, alcançando 2.022, abrangendo 1.884 empresas de todas as regiões do país.

À guisa de um balanço de desempenho da MEI até 2013, deve-se destacar que, apesar do maior diálogo dos empresários com o governo, os avanços em políticas relacionadas aos dez pontos da sua agenda foram tímidos. Por outro lado, foram implementadas ações conjuntas entre a MEI e o governo federal, das quais o Programa SENAI de Competitividade da Indústria Brasileira, a criação da EMBRAPPII e os Programas Inova Empresa e Inova Talentos são exemplos importantes.

Avaliando-se o desempenho da MEI no campo da mobilização empresarial, foram conquistados ganhos significativos, como demonstram os casos de inovação nas cadeias produtivas das grandes empresas, a intensa participação empresarial no Prêmio de Inovação e nos eventos realizados pela MEI, tais como as reuniões do Comitê de Líderes e o Congresso da Inovação. Por exemplo, enquanto que, em 2010, as reuniões do Comitê de Líderes registraram, em média, 27 pessoas, sendo 1/3 de empresários e 37% de membros do governo, em 2013, a média de participantes foi de 100 pessoas, sendo 54% de representantes empresariais e 30% de agentes do governo.

Nota-se, portanto, um expressivo aumento do número de empresas mobilizadas para as discussões sobre inovação e predominância de empresários nessas reuniões, evidenciando claramente a consolidação da MEI no biênio 2012-2013.



## A ATUAÇÃO DA MEI DIANTE DA EROÇÃO DA CONFIANÇA ENTRE 2014-2015

# 7



## 7. A ATUAÇÃO DA MEI DIANTE DA EROÇÃO DA CONFIANÇA ENTRE 2014-2015

Os anos de 2014 e 2015 assinalaram o fim do ciclo de expansão econômica iniciado em 2004. A confiança do setor empresarial declinou de forma moderada, mas contínua, no primeiro semestre de 2014 e começou a cair significativamente no semestre seguinte. Em 2015, com o início de uma severa recessão e com simultâneo esfacelamento do apoio político ao governo recém-eleito, os índices de confiança caíram para patamares muito baixos (inferiores a 30 pontos).

Apesar do cenário de deterioração da confiança econômica em 2014, a MEI não se desmobilizou. Foram realizadas cinco reuniões do Comitê de Líderes ao longo do ano e foi lançada a iniciativa “Diálogos da MEI”, para reunir diretores e executivos das empresas participantes da Mobilização, com o objetivo de debater, em nível técnico, temas específicos visando gerar subsídios para o aprimoramento das políticas de apoio à inovação.

Em 2014, foram realizadas quatro reuniões do *Diálogos*, tendo como foco os seguintes temas: *Inovação para Inserir o Brasil nas Cadeias Globais de Valor; Atração, Desenvolvimento e Retenção de Centros de PD&I para Inovar e Competir; Propriedade Intelectual – Acordos Internacionais de Cooperação para Exame de Patentes; e Fortalecimento das Engenharias.*

Também em 2014, houve uma mudança na agenda da MEI, quando nove pontos passaram a ser acompanhados pelos empresários e discutidos periodicamente, tanto nas reuniões do Comitê de Líderes da MEI quanto nos Diálogos da MEI:

- 1) Modernização do Marco Legal e Melhoria do Sistema de Financiamento à Inovação;
- 2) Projetos Estruturantes de PD&I;
- 3) Projetos de PD&I Pré-competitivos;
- 4) Internacionalização de Empresas;
- 5) Atração, Desenvolvimento e Retenção de Centros de PD&I;
- 6) Fortalecimento das Engenharias;
- 7) Propriedade Intelectual;
- 8) Desenvolvimento da Bioeconomia;
- 9) PD&I para PME de Base Tecnológica.

Nas reuniões do Comitê de Líderes, geralmente, um ou dois desses temas eram tratados, sempre buscando concluir com sugestões de políticas. Nas reuniões do Diálogos, um desses temas era foco da reunião específica que contava com várias apresentações e troca de ideias entre os participantes.

Esses temas foram objeto de duas edições de publicações denominadas agenda MEI – uma em 2014 e outra em 2015.

Em 2015, dois eventos merecem destaque.

O primeiro foi a promulgação, em fevereiro, da Emenda Constitucional n. 85. Essa emenda contribuiu para reduzir a insegurança jurídica ao aperfeiçoar a cooperação do Estado com as instituições de pesquisa e empresas privadas, por meio do compartilhamento de recursos humanos e meios físicos. Ademais, a emenda explicitou que a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação é competência do Estado.

O segundo evento foi a realização do *6º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria*, em maio de 2015, quando foi divulgado novo manifesto da MEI, conclamando os empresários ao fortalecimento da inovação no Brasil. Nesse documento, os líderes da MEI reconheceram o momento difícil da economia brasileira, com queda da confiança e retração de investimentos. Ao mesmo tempo, identificaram, na inovação, o caminho para o crescimento sustentável e condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e social. Uma análise mais detida desse manifesto será desenvolvida na seção final deste trabalho.

Além desses eventos, é importante mencionar a manutenção dos pontos da agenda MEI reafirmados em reunião do Comitê de Líderes:

- 1) Marco Legal da Inovação (alavancar investimento privado em PD&I, tornar mais amigável o ambiente para investimento em inovação);
- 2) Financiamento à inovação (aprimorar mecanismos de compartilhamento de riscos e assegurar recursos, reestruturar o sistema de financiamento, iniciando pelo FNDCT);
- 3) Atração, Desenvolvimento e Retenção de Centros de PD&I (atrair centros de PD&I para tecnologias portadoras de futuro, estimular empregos qualificados);
- 4) Internacionalização de empresas para inovar (acessar mercados, tecnologias, culturas e recursos produtivos, ampliar a inserção em cadeias globais);
- 5) Fortalecimento da Propriedade Intelectual (garantir segurança jurídica e o retorno dos investimentos privados);
- 6) Recursos humanos para inovar (ampliar a produtividade empresarial, aprimorar a formação dos profissionais);

7) Inovação para PME de base tecnológica (impulsionar o empreendedorismo inovador para criação de soluções, estimular fundos de *venture capital*); 8) Projetos Estruturantes de PD&I (estruturar plataformas de inovações setoriais, desenvolver estratégias de longo prazo para a inserção em cadeias globais de valor); 9) Bioeconomia (desburocratizar o acesso à biodiversidade para a PD&I; viabilizar a liderança do Brasil na área); 10) Projetos de PD&I Pré-Competitivos (fomentar projetos de PD&I com alto risco tecnológico, compartilhar riscos de projetos estruturantes).

Deve ainda ser registrado que, em 2015, ocorreram quatro reuniões do *Diálogos da MEI* com os seguintes temas: *Aprimoramento do Marco Legal da Inovação*; *Gestão da Inovação*; *Fundos de Investimento para Inovação*; e *Parceria Empresarial em Inovação Brasil – EUA*.

Um balanço do programa *Inova Empresa* foi apresentado ao Comitê de Líderes da MEI na reunião de julho de 2015 por diretores do BNDES e da FINEP. O balanço retratou uma execução firme do programa, cuja contratação de projetos ultrapassou o valor previsto no seu anúncio, totalizando R\$ 38,4 bilhões. Não obstante, a frustração das empresas em relação ao acesso limitado e insuficiente a recursos não reembolsáveis e à subvenção econômica gerou insatisfações. Uma avaliação qualitativa da metodologia e dos processos de governança do *Inova Empresa* é apresentada no Box 1 a seguir.

### Box 1 - Avaliação do *Inova Empresa*

Lançado pelo governo em reunião dos líderes da MEI com a presença da P.R. no Palácio do Planalto, em março de 2013, o **Inova Empresa** visava fomentar projetos de P&D de natureza estruturante e de maior risco. Foram definidas sete áreas estratégicas e, para cada uma delas, selecionados temas que poderiam contar com crédito subsidiado e subvenções a empresas, junto com recursos não reembolsáveis destinados a ICTs, para execução de projetos cooperativos. A escolha destes temas foi precedida por reuniões entre FINEP e BNDES e lideranças do setor privado. Foram planejados para o período 2012-2014, R\$ 20,9 bilhões para empréstimos PSI-inovação a taxas subsidiadas, R\$ 1,2 bilhão para subvenção econômica a empresas, R\$ 4,2 bilhões para financiamento não reembolsável e mais R\$ 2,2 bilhões em aportes de capital de risco, montando a R\$ 28,5 bilhões para as sete áreas estratégicas além de outros R\$ 4,4 bilhões de agências parceiras (ANP, ANEEL e SEBRAE) de forma que o volume total comprometido era de R\$ 32,9 bilhões.

No balanço apresentado à MEI pelo BNDES e FINEP, em julho de 2015, com informações até dezembro de 2014, foram contratados R\$ 27,2 bilhões e havia mais R\$ 11,2 bilhões a contratar nas duas agências, não computando nesses valores as contrapartidas das empresas e das ICTs envolvidas nos projetos. Portanto, tinham sido aprovados projetos no montante de R\$ 38,4 bilhões, isto é, 35% acima das metas planejadas. As áreas de TICs, Sustentabilidade e de Ações Transversais foram aquelas que apresentaram as maiores taxas de aprovação de projetos em relação às metas previstas em março de 2012.

*O Inova Empresa buscou organizar um novo modelo de fomento à inovação, em consonância com a agenda da MEI. Dentre suas diretrizes destacavam-se: ampliação do volume de recursos à P&D, foco em áreas estratégicas e em planos de inovação das empresas, redução de prazos e simplificação administrativa, integração dos instrumentos de fomento, articulação com agências reguladoras e outras instituições públicas, acesso para as PME. Foram mobilizadas empresas líderes e ICTs com o objetivo de induzir projetos colaborativos, mapear desafios tecnológicos, buscar o melhor mix de instrumentos, com uso de recursos não reembolsáveis e do poder de compra público para redução dos riscos de P&D pré-competitivo.*

*A prioridade do governo era estimular projetos estratégicos, mas isto não implicou em cessar o fomento tradicional das duas agências na análise e aprovação de projetos de P&D, atendendo a chamada demanda de balcão.*

*Pelas razões apresentadas, o Inova Empresa representou um avanço importante na história das políticas de fomento à inovação. Todavia, a tarefa das agências não era trivial. Foi necessário montar um processo de concorrência em etapas. A concorrência era indispensável por que, por lei, as subvenções só podem ser concedidas através de chamamento público. Por isso, os editais previam etapas, sendo que na primeira etapa a empresa ainda não tinha o projeto detalhado e nem sabia se conseguiria obter a subvenção econômica necessária - o instrumento indutor mais escasso e mais poderoso. As empresas eram obrigadas a detalhar seus planos ao longo da concorrência. Esta sistemática complicada e pouco amigável foi criticada na avaliação feita para a MEI.*

*Em avaliação feita em meados de 2015 as equipes da FINEP e do BNDES registraram essas imperfeições e frustrações, quais sejam: contratações aquém do esperado em algumas áreas, especialmente em petróleo e gás; desistência de algumas empresas em função de prazos apertados para projetos complexos; proporção inadequada entre crédito, recursos não-reembolsáveis e subvenção econômica de modo a induzir projetos de maior risco; utilização limitada do poder de compra do Estado; deficiência na integração de instrumentos de natureza diferente; dificuldades de acesso por parte das MPME.*

*A partir desta avaliação surgiram as seguintes propostas: simplificar o modelo de edital, aumentar prazos para projetos de maior ousadia tecnológica, aumentar o volume de recursos não reembolsáveis, articular previamente o uso do poder de compra público, viabilizar a integração eficaz e sincronizada dos instrumentos, melhorar o acesso às MPME, adotar visão de longo prazo com rodadas sucessivas nas áreas estratégicas.*

*Registre-se que nem o BNDES e nem a FINEP tinham poder decisório sobre os instrumentos de subvenção econômica e de financiamento não reembolsável (que não fosse proveniente do FUNTEC). Embora operacionalizados pela FINEP os recursos para subvenção estavam sob o comando do MCT&I, eram escassos e competiam com o apoio à pesquisa básica e, por isso, o montante alocado foi inferior à expectativa das empresas. Em relação ao recurso não reembolsável, o poder decisório estava compartilhado com comitês gestores dos fundos setoriais que, nem sempre, tomaram a decisão esperada pelas empresas. Diante da crescente pressão fiscal, a limitação de acesso àqueles recursos mais nobres resultou em frustração das empresas participantes.*

## **Box 2 - O Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira**

*A expansão dos institutos SENAI deve ser ressaltada como uma das contribuições maiúsculas da CNI/MEI. Foram criados 58 Institutos SENAI de Tecnologia, 35 deles com financiamento do BNDES e os demais com recursos próprios. Em 2017, 51 deles já se encontravam em operação, realizando serviços tecnológicos de apoio ao setor industrial. No caso dos Institutos SENAI de Inovação, foram criados 25, 19 deles com financiamento do BNDES, sendo que 21 já estavam em operação em 2017.*

*Os investimentos totais na expansão desta rede de Institutos somam R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão financiado pelo BNDES e R\$ 1,0 bilhão com recursos próprios do sistema CNI.*

*Em discurso no Fórum Exame-CNI em maio de 2018, o presidente Robson Andrade informou que os Institutos SENAI de Inovação contavam com uma carteira de 497 projetos em curso, totalizando R\$ 498 milhões – um aumento de cerca de 35% na quantidade de projetos e de 32% no valor dos recursos aplicados, em comparação com o exercício de 2016. Em 2017, apenas, foram contratados 181 projetos, abrangendo 154 empresas, no valor de R\$ 160 milhões. Em 2017, ainda, foram credenciados 7 novos Institutos SENAI de Inovação na Embrapii. Ao todo, naquele momento, era de 11 o número de institutos credenciados, entre os 21 em operação.*

*No que toca aos Institutos SENAI de Tecnologia, estes contam em seus quadros com cerca de 1.000 técnicos e especialistas que, em 2017, atenderam a 15 mil empresas industriais, gerando R\$ 120 milhões em receitas.*

*O SENAI tem se envolvido, de forma cada vez mais intensa, com as tecnologias da Indústria 4.0, ao mesmo tempo em que cumpre seu papel de difundir tecnologias de produção enxuta e eficiente, como no caso do Programa Brasil Mais Produtivo, uma iniciativa governamental inicialmente desenhada e testada pela própria CNI. Assim, o SENAI vem atuando proativamente tanto no campo da difusão quanto no da inovação tecnológica de suporte ao setor industrial.*

# A INDÚSTRIA DO FUTURO



A MEI MANTEVE A  
PROATIVIDADE APESAR  
DO CENÁRIO ADVERSO E  
INCERTO ENTRE 2016-2018

8

## 8. A MEI MANTEVE A PROATIVIDADE APESAR DO CENÁRIO ADVERSO E INCERTO ENTRE 2016-2018

Apesar da forte recessão, seguida de retomada débil e da grave crise política que permeou o período de 2016 a 2018, e contra um pano de fundo de desânimo e de irritação em muitos setores da sociedade e do empresariado, a MEI continuou envidando esforços de articulação com o governo, em prol de sua agenda de avanço da inovação.

Assim, apesar do contexto econômico e político desalentador, foram obtidos avanços relevantes. Merecem destaque duas iniciativas no campo do Marco Legal da Inovação. A primeira foi a sanção presidencial da Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como o **Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação** – intensamente debatido pelas entidades ligadas ao mundo da ciência e da tecnologia e do meio empresarial.

A MEI foi participante ativa, ao propor melhorias na Lei de Inovação que viessem a facilitar o desenvolvimento de projetos voltados para a inovação tecnológica e, em especial, a articulação das empresas com as instituições científicas e tecnológicas que têm vocação para participar de projetos empresariais de P&D.

Os grandes problemas da então Lei de Inovação eram as dificuldades de natureza burocrática e os impedimentos legais que limitavam as iniciativas de desenvolvimento tecnológico e de cooperação das empresas com as ICT. A superação desses entraves demandava modificar regras que continham dispositivos restritivos ao pleno alcance do espírito da Lei de Inovação. Portanto, foram necessários vários anos de trabalho para a formulação desse novo marco legal, incluindo a negociação com o Congresso Nacional e com integrantes do Poder Executivo. A equipe da CNI, do IEL e da MEI dedicou-se com afinco a esta missão.

Sancionada a lei em 2016, somente veio a ser regulamentada pelo Decreto Nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. A regulamentação demandou dois anos de trabalho, mas a frustração com o novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação foi imediata à sanção presidencial em decorrência dos vetos

introduzidos pela Presidência da República. Alguns dos vetos impediram que a desburocratização e a simplificação na execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento fossem de fato alcançadas, tais como:

- a) foi vetada a isonomia de tratamento entre empresas e instituições de pesquisa no que diz respeito à burocracia e à tributação incidente sobre a importação de insumos e equipamentos para projetos de PD&I. As instituições de pesquisa ficaram isentas dessa tributação e o processo de importação foi simplificado, porém as empresas não podem desfrutar do mesmo tratamento;
- b) o governo não isentou as bolsas empresariais de PD&I do imposto de renda de pessoa física nem das contribuições previdenciárias, como se as bolsas fossem salários;
- c) as encomendas do poder público de produtos, serviços ou soluções tecnológicas resultantes de projetos de P&D contratados pelo próprio poder público não ficaram isentas de processos licitatórios. Ou seja, o governo fomenta projetos tecnológicos de interesse público mas, para colher seus resultados, permanece obrigado a licitar as compras dos bens, serviços ou soluções resultantes de tais projetos;
- d) a participação de recursos humanos especializados em projetos de desenvolvimento em instituições públicas não poderá ocorrer por simples convite aos especialistas.

Não obstante essas falhas importantes, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação apresentou avanços na esfera legal como, por exemplo, a ampliação da carga horária de docentes em projetos com empresas; a constituição de laboratórios conjuntos entre instituições de pesquisa e empresas; a possibilidade de utilização de subvenção econômica para despesas de capital (esta, uma antiga demanda do meio empresarial); a possibilidade de contratação de instituições de pesquisa e de empresas para o desenvolvimento de novas tecnologias. Contudo, ainda permanecem impeditivos burocráticos e institucionais que demandarão novas rodadas de negociação com o poder executivo.

Outro avanço relevante no marco legal da inovação foi a publicação do Decreto n. 8.772, de 11 de maio de 2016, que regulamentou **a nova lei de biodiversidade**, a Lei n. 13.123, de 20 de maio de 2015. O novo marco legal estimula a PD&I



envolvendo o patrimônio genético nacional, concede maior segurança jurídica para pesquisa e utilização sustentável da biodiversidade, reduz a burocracia no acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e regulamenta a repartição de benefícios.

Em 2016, em resposta a uma demanda da MEI, CNI e o IEL, deram início a uma nova atividade: o Programa de **Imersões em Ecossistemas de Inovação**, no Brasil e no exterior. O objetivo das imersões é criar oportunidades de maior interação entre os agentes do sistema de inovação, contribuindo para a prospecção de parcerias entre os participantes e as instituições de excelência visitadas. As imersões também contribuem para acelerar significativamente o processo de conscientização e atualização técnica dos empresários industriais e de seus colaboradores a respeito dos impactos das novas tecnologias com potencial disruptivo.

No primeiro ano de atividade, foram realizadas três imersões, sendo duas no exterior (Costa Leste dos Estados Unidos e Alemanha, com 23 participantes em média), focadas em Inovação e Manufatura Avançada, e três no Brasil, abrangendo diversas Unidades EMBRAPPII (com 68 participantes) e duas dedicadas ao Sistema Indústria e Federações. Participaram das atividades pessoas vinculadas a empresas, governo, academia e a instituições do terceiro setor (SEBRAE e EMBRAPPII). O Programa de Imersões foi ampliado em 2017 e 2018, como será visto adiante.

Outra iniciativa importante da MEI, em 2016, foi o lançamento do projeto **MEI Tools** –definido como o conjunto de ferramentas utilizadas para fortalecer a capacidade de inovar das empresas. O projeto visa disponibilizar informações sobre todos os instrumentos de apoio vigentes no Brasil, o que facilita e amplia as oportunidades para as empresas obterem capacitação técnica e de cooperação com centros de pesquisa nacionais e estrangeiros. Além disso, busca disseminar, no meio empresarial, as atividades da MEI e suas propostas de aperfeiçoamento das políticas de inovação.

Ainda nesse ano, a CNI passou a integrar a Federação Global de Conselhos de Competitividade (GFCC, na sigla em inglês), que tem como principal objetivo promover o compartilhamento de experiências e conhecimentos entre seus membros no que diz respeito a iniciativas de promoção da competitividade.

Em 2016, foram realizadas seis reuniões do Diálogos da MEI, abrangendo as seguintes pautas:

- Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Inovação e Manufatura Avançada;
- Propriedade Industrial e Regulamentação da Lei n. 13.243/2016;
- Propriedade Industrial – Planejamento Estratégico;
- Melhores Práticas para Inovar;
- Cooperação Universidade-Empresa.

Em relação às reuniões do Comitê de Líderes, merece destaque o debate sobre o tema do financiamento à inovação, na medida em que o aprofundamento da crise financeira do Estado e a adoção de políticas de controle fiscal afetaram os recursos disponíveis para o sistema de CT&I no Brasil.

Na reunião do Comitê de Líderes, realizada em julho daquele ano, os empresários apontaram os seguintes entraves da agenda de financiamento à inovação:

- contingenciamento do orçamento do MCTIC;
- esgotamento do FNDCT;
- redução da subvenção econômica para pesquisa e desenvolvimento;
- suspensão do PSI – Inovação;
- limitação do Sistema Nacional de Financiamento à Inovação;
- exigências de garantias: alto custo de fianças bancárias ou composição de garantia real + avais corporativos e pessoais, que acumulados superam significativamente o valor do financiamento.

Em face da marcante redução do orçamento para o sistema de CT&I, as seguintes propostas foram apresentadas:

- 1) aprovar o PL que veda o contingenciamento de recursos orçamentários para CT&I;
- 2) assegurar recursos para CT&I: CT-Petro, Fundo Social, Inova Empresa, novo programa em substituição ao PSI-inovação, subvenção econômica para P&D;
- 3) reorganizar os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais para alavancar o investimento privado em inovação;
- 4) articular e estimular o estabelecimento de mercado de *venture capital* e fundos de capital semente;
- 5) assegurar compras públicas e encomendas a projetos de inovação;

- 6) revisar o modelo de apropriação da titularidade da invenção, de forma a remover entraves aos investimentos;
- 7) reestruturar o sistema de financiamento à inovação;
- 8) permitir a dedução no IR para valores recebidos a título de investimento em empresas de base tecnológica de micro e pequeno porte;
- 9) viabilizar a criação de fundos privados flexíveis, com isenção de IR sobre ganhos de capital de investidores-anjo e fundos de *venture capital*;
- 10) ampliar os limites de faturamento no Super Simples para empresas inovadoras.

O ano de 2017 foi intenso. Entre os destaques, as reuniões do Comitê de Líderes e de Diálogos da MEI, o 7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria e a realização do estudo Indústria 2027: riscos e oportunidades do Brasil diante de inovações disruptivas.

Os Institutos de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) foram contratados para realizar um estudo sobre os impactos na indústria brasileira das inovações disruptivas. O trabalho foi acompanhado pela MEI que, para isso, estruturou um comitê consultivo. Diversos debates tiveram lugar entre a equipe técnica do projeto e os líderes empresariais, durante as reuniões do Comitê de Líderes e de Diálogos da MEI. Dessa forma, a MEI atuou durante a sua execução, contribuindo com orientações à equipe de coordenação.

Em 2017, foram realizadas quatro reuniões do Comitê de Líderes e em três delas foram feitas apresentações do estudo Indústria 2027. Efetuaram-se cinco reuniões dos Diálogos da MEI, havendo apresentações de atualização do estudo em quatro delas. O trabalho foi concluído no primeiro trimestre de 2018 com a identificação dos principais impactos e a proposição de políticas para o Brasil enfrentar o cenário de rápida difusão das novas tecnologias nos próximos dez anos.

Os resultados do I-2027 foram apresentados no dia 18 de maio de 2018 a um público de 500 lideranças empresariais, em evento especial, organizado pela CNI em parceria com a revista Exame. A cerimônia contou com a presença do Presidente da República, Michel Temer. As principais conclusões e recomendações do estudo foram validadas pela Comissão de Supervisão do Estudo e têm sido objeto de apresentações em Associações Setoriais, Federações, eventos e entidades empresariais.

Ressalta-se que, em 2017/2018, a MEI intensificou, em suas reuniões técnicas e eventos, a discussão sobre as grandes inovações que estão em curso na indústria mundial e como o Brasil pode se inserir nesta nova dinâmica. Para tanto, contou com a participação de especialistas e consultores internacionais convidados. Como resultado, o tema da Indústria 4.0, de suas tecnologias habilitadoras e de seus impactos sobre modelos de negócio, estratégias empresariais e estruturas de mercado, vêm ganhando crescente repercussão no debate empresarial.





## AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS AVANÇOS DA MEI

# 9

## 9. AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS AVANÇOS DA MEI

Apesar da persistência e da proatividade da CNI e da MEI em sua articulação com o governo, visando fazer avançar a agenda de aperfeiçoamento dos marcos legais e das políticas de fomento a CT&I, os avanços foram parciais.

Entre os pontos positivos, podem ser citados programas e ações conjuntas, tais como a criação e operação da EMBRAPPII, o *Programa Inova Talentos* e o *Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira*.

Em alguns temas importantes, porém, os avanços foram tímidos: por exemplo, na esfera do tratamento tributário à P&D e no aperfeiçoamento da Lei do Bem. Por essa razão, muitos tópicos dos dez pontos originais da agenda da MEI de 2010 ainda remanescem e demandarão mais esforços no futuro.

Não obstante a reversão das expectativas empresariais do otimismo, entre 2008 e 2013, para o crescente pessimismo, entre 2014 a 2016, com moderada recuperação em 2017-2018, a MEI manteve um trabalho firme de mobilização ao longo dos seus dez anos de existência.

Não há dúvida de que, do ponto de vista da mobilização empresarial, foram conquistados ganhos significativos, quantitativos e qualitativos, como demonstram os casos de inovação nas cadeias produtivas das grandes empresas, a crescente participação das empresas no *Prêmio Nacional de Inovação* e nos eventos realizados pela MEI, tais como as reuniões do Comitê de Líderes, os Diálogos da MEI, as edições do Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria e, mais recentemente, o Programa de Imersões em Ecossistemas de Inovação, no país e no exterior.

Não obstante, em função das conjunturas econômicas adversas e da falta de uma política governamental de CT&I, firme e bem coordenada, as conquistas foram insuficientes para o pleno alcance das metas que a própria MEI havia definido no seu Manifesto de fundação. Recorde-se que a ambição inicial era de quase dobrar o número de empresas inovadoras, agregando-se mais 30 mil novas empresas ao rol de empresas industriais que desenvolviam produtos e

processos e de elevar o percentual de dispêndios empresariais em P&D como fração do PIB, de 0,56% (2010) para 0,90% (2014).

O quadro a seguir, baseado principalmente nos dados da PINTEC, exhibe as metas da MEI e os indicadores efetivamente alcançados entre 2008 e 2014. Nota-se que, infelizmente, não se dispõe de estatísticas recentes, que permitam uma avaliação quantitativa dos indicadores para o período pós 2014.

### MEI: metas e resultados: 2008 – 2014

Descrição	Situação Inicial	Meta 2014	Observado 2014
Nº de empresas inovadoras na indústria	38,3 mil (2008)	60 mil	42.987
Nº empresas que fazem P&D contínuo	3.425 (2008)	5.000	4.289
Nº de empresas que utilizam Lei do Bem	630 (2010)	1.260	1.008
Percentual de dispêndio empresarial em P&D, em relação ao PIB	0,56% (2010)	0,90%	0,60%
Percentual de dispêndio nacional em P&D, em relação ao PIB	1,19% (2010)	1,80%	1,27%
Percentual de empresas que utilizam ao menos um dos instrumentos de apoio governamental à inovação	22,3% (2008)	30,0%	40,4%

Fontes: IBGE, Pesquisa de Inovação (2014); MCTIC, Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (2017); MCTIC, Lei do Bem: Utilização dos Incentivos Fiscais à Inovação Tecnológica, Ano Base 2014 – Relatório Anual de Atividades de P&D (Retificado) (2014).

É óbvio que as variáveis descritas no quadro acima não dependem exclusivamente das ações da MEI. Sem dúvida, existem vários fatores, alguns estruturais e outros conjunturais, que afetam o comportamento dessas variáveis. Entretanto, essa circunstância era de conhecimento geral e, quando a MEI definiu suas metas, embora soubesse que não poderia isoladamente se responsabilizar pelo seu alcance, contava com a adoção de uma estratégia nacional de CT&I, de grande envergadura e perenidade, por parte do governo.

Inicialmente, as políticas governamentais sinalizaram na direção de avanços significativos. Houve, efetivamente, forte expansão do orçamento executado do MCTI, de R\$ 5,4 bilhões, em 2008, para um pico de R\$ 11,3 bilhões, em 2013,



em termos nominais. Porém, não obstante o empenho de várias instituições ligadas à área de CT&I, tais avanços foram desbalanceados.

Após 2014, em função das crescentes restrições fiscais, o crescimento orçamentário foi revertido, verificando-se retração para R\$ 8,9 bilhões em 2014, R\$ 9,2 bilhões em 2015 e R\$ 8,9 bilhões em 2016, em termos nominais. Essa retração foi considerável em termos reais, considerada a inflação elevada no período 2015-2016 e atingiu principalmente a capacidade de dispêndio em subvenção econômica e apoio não reembolsável. No biênio 2017-2018, os indicadores são de que a retração orçamentária se acentuou ainda mais.

O FNDCT, por exemplo, cuja execução orçamentária nominal havia alcançado um pico de R\$ 5,1 bilhões, em 2013, caiu para R\$ 2,8 bilhões, em 2014 e 2015, e para R\$ 2,0 bilhões, em 2016. Quedas adicionais foram verificadas em 2017, para R\$ 1,8 bilhão e, em 2018, para R\$ 1,2 bilhão, segundo as estimativas disponíveis.

Da mesma forma, a expansão das liberações de crédito à inovação pelo BNDES e pela FINEP, com recursos do programa PSI-inovação, foi significativa entre 2009 e 2014, retraindo-se moderadamente em 2015, em termos reais. No biênio 2016-2017, houve uma contração severa nas liberações de crédito das duas instituições: os desembolsos somados do BNDES e da FINEP caíram à metade, saindo de R\$ 8,6 bilhões, em 2015, para R\$ 6,0 bilhões, em 2016, e apenas R\$ 4,4 bilhões em 2017.

Nota-se, no quadro acima, que, para praticamente todas as variáveis, as metas da MEI foram atingidas parcialmente, à exceção de uma delas, que foi o percentual de empresas que utilizam pelo menos um dos instrumentos de apoio governamental à inovação. Esse indicador praticamente dobrou.

Ou seja, muito mais empresas do que esperado passaram a se beneficiar da política de apoio à inovação e é bastante razoável imaginar que a ação da MEI tenha influenciado esse comportamento empresarial. A maior evidência concedida ao tema da inovação e a maior disseminação de informações sobre os instrumentos de apoio à inovação podem ter motivado as empresas a se candidatarem aos benefícios da política governamental.

Seria possível especular que o maior recurso ao apoio governamental tenha viabilizado estratégias mais ousadas das empresas em relação às atividades de inovação. Porém, não se possui informações qualitativas sobre a intensidade das

atividades de inovação das empresas nem do grau de sofisticação dos projetos empresariais implementados.

Quanto ao período 2015-2018, considerada a severidade da recessão recente com retomada muito débil e considerada a substancial contração dos recursos para o sistema nacional de C&T, é provável que tenha ocorrido retrocesso nesses avanços. Contudo, a ausência de dados e estatísticas revisadas impede uma avaliação da intensidade desses recuos, notadamente em 2017 e 2018.

Sublinha-se, porém, que apesar dessa conjuntura adversa, nas reuniões do Comitê de Líderes da MEI, houve significativa ampliação da participação empresarial. Recorda-se que, em 2010, as reuniões da MEI registraram uma presença média de 27 pessoas, sendo um terço do meio empresarial. Em 2017, a média foi de 165 participantes, sendo mais da metade de representantes das empresas, um terço de membros do setor público e o restante do Sistema Indústria. Assim, entre 2010 e 2017, o número de participantes das reuniões do Comitê de Líderes multiplicou-se por seis, e o de empresários, por dez. Isso demonstra que a MEI conseguiu ampliar vigorosamente o debate sobre a inovação e de seu papel estratégico entre as empresas líderes do setor industrial brasileiro e o governo.

A força da MEI também ficou evidenciada no 7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, realizado em São Paulo, em junho de 2017, com a presença aproximada de 3.000 pessoas, sendo 2.499 do meio empresarial. No início das atividades da MEI, em 2009, o Congresso de Inovação recebeu a visita de 533 pessoas, sendo 60% do meio empresarial. As proporções de crescimento de dirigentes e representantes das empresas foram semelhantes àquelas evidenciadas nas reuniões do Comitê de Líderes.

Outro indicativo eloquente resultante da MEI aparece na forte ascensão do número de empresas que se inscreveram para o Prêmio Nacional de Inovação: 427, em 2011; 981, em 2012; 2.022, em 2013; 2.219, em 2015; e 3.987, em 2017! Neste último ano, 3.131 MPE de candidataram, 599 PME, 106 médias empresas e 151 grandes empresas. A MEI também manteve o incentivo à inovação nas cadeias de valor das grandes empresas, apresentando, em 2015, a publicação “Inovar é Fazer: 22 casos empresariais de inovação de pequenas, médias e grandes empresas” e, em 2017, a publicação “Inovar é Criar Valor – 22 casos de inovação em micro, pequenas, médias e grandes empresas”.

Portanto, é inegável que a MEI ampliou a discussão e a mobilização pela inovação no meio empresarial. Adicionando-se a isso, a presença de empresários

e colaboradores nos Diálogos da MEI e nas Imersões em Ecossistemas de Inovação, pode-se afirmar que, além dos principais executivos da indústria, a mobilização também envolveu os quadros superiores e intermediários do setor produtivo industrial.

Em relação às Imersões, em 2017, foram realizadas três iniciativas, sendo uma no Brasil, em parceria com a EMBRAPPII com o objetivo de ampliar o conhecimento empresarial e a cooperação das empresas com as Unidades EMBRAPPII, quando se contou com a presença de 55 participantes. Outras duas missões foram para os Estados Unidos e para a Suécia; a primeira registrou cerca de 100 participantes, e a segunda, 24.

Em 2018, a programação incluiu seis imersões, sendo três no exterior (EUA/Vale do Silício, em fevereiro, com 34 participantes; Israel, em setembro, com 26 participantes; Itália e Suíça em outubro, com 13 participantes) e três no Brasil, sendo uma em parceria com a EMBRAPPII, com 68 participantes. Como se pode constatar, as imersões se consolidaram como um mecanismo relevante de mobilização e de conscientização empresarial a respeito da necessidade de estreitamento de laços de colaboração com ecossistemas avançados de inovação.

A relevância da inovação para as estratégias empresariais também foi demonstrada por meio de três edições de *Casos de Inovação*. Cada uma delas com 22 casos de inovação envolvendo as cadeias produtivas e diferentes portes de empresas. Dessa forma, a MEI destacou iniciativas de sucesso e inovadoras e, com isso, procurou estimular outras empresas a também outorgarem maior relevância à tecnologia como força motriz da competitividade industrial.

A interação dos empresários industriais, por meio da MEI, com agentes públicos também foi crescente, seja quando se evidencia a quantidade e diversidade de agentes públicos nos eventos da mobilização, seja quando se identifica a presença de autoridades do poder executivo nas reuniões do Comitê de Líderes da MEI, seja, finalmente, quando se percebe o reconhecimento da MEI como espaço representativo, legítimo e relevante para a discussão de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento industrial e tecnológico.



BALANÇO DA ATUAÇÃO  
DA MEI PELAS SUAS  
LIDERANÇAS

10

## 10. BALANÇO DA ATUAÇÃO DA MEI PELAS SUAS LIDERANÇAS

A recessão no biênio 2015-2016, sucedida por uma recuperação lenta e oscilante em 2017 e 2018, significou um contexto adverso e de ociosidade para a indústria. O encolhimento de seus mercados, a compressão da rentabilidade e a sensível contração do crédito criou um ambiente hostil aos investimentos em P&D.

Os índices de confiança do empresário industrial permaneceram deprimidos, oscilando ao redor de 30 pontos e só começaram a mostrar alguma reanimação no 2º semestre de 2016 quando, após o impedimento da Presidente da República, a promessa de execução das reformas fiscal, previdenciária e trabalhista pelo novo governo, pareciam viáveis e o Banco Central indicava um processo de redução continuada da Selic.

As expectativas de retomada do crescimento, em 2017 e 2018, foram, entretanto, sucessivamente frustradas pela fragilização política do governo no 2º trimestre de 2017, pela greve dos caminhoneiros de maio de 2018 e pela incerteza e polarização política observada nas eleições gerais de outubro. Os índices de confiança pararam de subir e oscilaram para baixo em vários momentos.

De outro lado, a deterioração fiscal determinou cortes profundos no orçamento federal de educação, ciência e tecnologia, afetando o FNDCT e a capacidade operacional da FINEP. As mudanças necessárias na Lei do Bem e em outros incentivos a P&D foram postergados. Em resumo, verificou-se uma forte retração simultânea dos investimentos em CT&I, tanto no setor público quanto no setor empresarial, colocando em risco os avanços que foram conquistados antes da crise.

Mesmo sob esse pano de fundo adverso, a MEI manteve seu plano de voo e sustentou a mobilização pela inovação como eixo de superação das dificuldades do país. No 6º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, realizado pela CNI e SEBRAE, em maio de 2015, a MEI apresentou o “**Inovar é fazer: Manifesto ao Fortalecimento da Inovação no Brasil**” que, pela voz de Pedro Passos, Cofundador e Copresidente do Conselho de Administração da Natura representando as lideranças da Mobilização, conclamava os empresários a inovar apesar das crescentes dificuldades:

***Inovar é fazer** diferente, inovar é fazer o novo, inovar é fazer o valor surgir de algo inesperado, fazer o impossível se tornar possível, fazer a incerteza dar lugar à confiança, fazer a revolução dos hábitos e das percepções, fazer a diferença no mercado, no desenvolvimento do país.*

O manifesto reconheceu que a cultura da inovação ainda era incipiente nas empresas brasileiras e que, ademais, estas enfrentavam burocracia excessiva e insegurança jurídica. Sublinhou a desaceleração da economia, notadamente em 2015, e apontou para a pressão sobre o orçamento fiscal, para a perda de competitividade da indústria e para a debilitação da confiança empresarial como obstáculos à realização de investimentos, inclusive em P&D. Mas, de outro lado, persistia na conclamação:

*Entretanto, a indústria só crescerá de forma plena e sustentável se a inovação, a ciência e a tecnologia estiverem presentes no cerne da estratégia de desenvolvimento nacional e, acima de tudo, no cerne da estratégia de cada empresa.*

O manifesto indagava:

*O que faremos em 2015? ..... Agora é a hora de dizer o que pretendemos fazer. Tanto internamente às nossas empresas, como em relação à política pública. Façamos juntos este exercício.*

*As políticas de estímulo à inovação devem ser prioridades estratégicas na atuação governamental e devem se pautar pelo adensamento produtivo e tecnológico de cadeias de valor.*

*O País deve buscar integrar instrumentos de promoção produtiva e apoiar investimentos em inovação, com instrumentos de estímulo ao comércio exterior e à internacionalização de empresas brasileiras.*

*Passa a ser imprescindível ... uma política industrial com foco no longo prazo, que dê a devida relevância à inovação e que vá além do que nossos concorrentes já fazem...*

O manifesto reconheceu a dificuldade de avançar em P&D empresarial:

*Em 2010, o dispêndio empresarial em P&D foi de apenas 0,59% do PIB. Em 2012, último dado disponível, o percentual foi de 0,56%, demonstrando que estamos longe de nossa meta de 0,90%.*

Mas registrou o êxito da MEI enquanto mecanismo de articulação com o governo e, também, de mobilização empresarial:

*A MEI tem sido amplamente reconhecida como principal espaço de diálogo entre o setor empresarial e o governo para a construção conjunta de políticas e programas de estímulo à inovação no Brasil.*

*A MEI é uma inspiração para a construção e consolidação da agenda de inovação no âmbito nacional e tem favorecido o protagonismo empresarial, apoiando a difusão da inovação nas empresas e em seus fornecedores.*

Após enumerar a agenda de prioridades da MEI para a construção de “um ecossistema de inovação brasileiro robusto”, pontos que foram incorporados pelos líderes à Agenda da Mobilização, em seu parágrafo de fecho, o **Inovar é fazer** convocou, mais uma vez, os empresários à ousadia:

*Assim, convoco todos os líderes empresariais e suas equipes, a retificarem o compromisso com a inovação, por meio de atitudes ousadas e assumido os riscos necessários.*

A mudança de governo, em meados de 2016, resultou na substituição dos ministros e dos dirigentes das agências e instituições de financiamento relevantes para a área de CT&I, obrigando a MEI a refazer o circuito de relações governamentais.

Isso implicou recomeçar o diálogo e o encaminhamento dos temas e pleitos de sua lista de prioridades.

As dificuldades em levar adiante a agenda da MEI transparecem no discurso do representante do Comitê de Líderes, Pedro Wongtschowski, presidente do Conselho de Administração da Ultrapar, na abertura do 7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, no final de junho de 2017.

*Enfrentamos, nestes anos, um duríssimo caminho. Primeiro, a crise de 2008. Um gigantesco tropeço da economia mundial. Recuperamos rápido, mas o desarranjo macroeconômico que se seguiu cobrou seu preço. Enfrentamos uma das piores, senão a pior crise econômica de nossa história. Para completar, assistimos o agravamento de uma enorme crise política. Crise que se iniciou no impedimento da Presidência e que ganhou folego, tragada pela maré de escândalos. Muitas vezes andamos de lado e outras vezes andamos para trás. Retrocedemos e vamos ter que recuperar o tempo perdido.*

Apesar das dificuldades da conjuntura, o representante dos Líderes da MEI busca fazer um balanço:

*Nós sabemos que sempre há muito por fazer. E nós devemos ser os primeiros a reconhecer que sabemos disto. Mas é espantoso que ao olhar para trás e para a extraordinária dificuldade da trajetória desses últimos anos – para o retrocesso que descrevemos acima – possamos dizer que a MEI conseguiu – não sozinha e sempre por meio de muito diálogo – colocar a inovação no plano estratégico das empresas.*

*É bom reconhecer que muito disto foi conseguido pelo diálogo e pela colaboração com o setor público. No meio de tanta turbulência, a política pública, até ser tragada pela crise fiscal ajudou muito. Melhoramos nossas políticas, tivemos um pouco mais de foco, conseguimos cooperação inédita entre agências de governo, como o Inova Empresa. Criamos instrumentos novos, como a EMBRAPPII, os Institutos SENAI de Inovação e fortalecemos o ensino profissionalizante.*

O reconhecimento desse papel positivo da MEI foi destacado em todas as entrevistas com lideranças, como exemplificam algumas citações a seguir:

*A MEI é um locus de parceria em prol da agenda pró-inovação. Sua força reside na construção de consensos em torno a propostas de interesse coletivo, através do diálogo em alto nível. (Paulo Mól, Diretor de Operações do SESI/DN)*

*O experimento da MEI é digno de nota, pela sua pauta transversal, acima de interesses específicos e, pelo nível e qualidade da interlocução com o governo. (Pedro Passos, Cofundador da Natura e Copresidente do Conselho de Administração da Natura)*

*A MEI é a única plataforma programática não setorial que defende os interesses gerais da indústria com ênfase na inovação. (Besaluel Botelho, Presidente da Robert Bosch)*

Retornando à abertura do 7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, o discurso de Pedro Wongtschowski reconheceu a necessidade de reformas fiscal, trabalhista e previdenciária – como agenda de ajustes de contas com o passado –, agenda essa imprescindível para recobrar a credibilidade da política



econômica e para retomar o crescimento da economia. Sem esse ajuste de contas, o futuro será mais nebuloso e mais incerto e não permitirá a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Nesse ponto, o orador deslocou o foco para os desafios do futuro:

Estamos fazendo um grande acerto com o passado. Resta saber para onde vamos. Resta saber como será nosso acerto de contas com o futuro.

*Há muitas perguntas sobre as quais precisamos refletir. Como enfrentar os desafios da chamada Manufatura Avançada ou da Indústria 4.0? Como dar conta dos avanços na nanotecnologia e na genômica? Como enfrentar as mudanças climáticas globais? Como dar passos maiores em energias renováveis e na bioeconomia? Como melhorar o ambiente de negócios e estimular o empreendedorismo? Como desenhar políticas industriais e tecnológicas transparentes e eficazes? Como reformar o ensino e preparar as novas gerações para um mundo em constante mudança?*

Os novos desafios demandam urgência:

*Uma nova e dramática revolução industrial está na nossa porta. Ela tem revolucionado a manufatura em muitos países. E nós não estaremos, para o mal ou para o bem, alheios a ela. Se nada fizermos ela irá corroer ainda mais nossa frágil competitividade e seremos condenados ao esquecimento.*

O discurso prossegue descrevendo os grandes impactos que as novas tecnologias digitais e de automação tenderão a provocar sobre as cadeias de valor e modelos de negócio, abrindo espaço para novos concorrentes.

Também descreve como internet das coisas (IoT, na sigla em inglês), hiperconectividade, computação em nuvem, big data e a inteligência artificial impactarão a sociedade, por meio de novos sistemas e serviços. Ressalta a possibilidade de transformação radical da estrutura do emprego e dos novos requisitos de qualificação profissional, conclamando ao debate:

*Vamos debater estes temas ao longo deste Congresso. Analisar os desafios que estão por trás destas mudanças e como outros países os tem enfrentado. Refletir sobre que políticas e ações devem ser emuladas ou reformuladas para o nosso contexto. Mas sobretudo refletir sobre qual deve ser o nosso papel; o papel dos empresários brasileiros.*

E, ao finalizar o discurso, busca mobilizar os empresários para a inovação, tendo em vista os impactos das novas tecnologias:

*Aqui, talvez, esteja a razão maior deste encontro: convocar a liderança do setor privado brasileiro para ser o grande protagonista da inovação no Brasil. Convocar pequenas, médias e grandes empresas para empreender uma jornada de busca pela competitividade, uma jornada que acelere a adoção de novas tecnologias, que fortaleça nossos esforços de pesquisa e desenvolvimento, que reforce nossas estratégias de novos modelos de negócios.*

Os trechos finais do discurso de Wongtschowski reiteram a convocação aos empresários em abraçar o protagonismo da inovação no país:

*Aqui renovamos os compromissos com nossas empresas e com o país. Compromisso de se engajar na nova revolução industrial; compromisso de trazer a inovação para o plano estratégico das empresas; compromisso de difundir estes conceitos na cadeia de valor e em nossos fornecedores; compromisso de manter o mais franco diálogo com o governo.*

*Caros colegas empresários, vamos renovar nosso compromisso com o futuro. Vamos renovar nosso compromisso com a Mobilização Empresarial pela Inovação.*





VISÕES PRELIMINARES PARA  
A AGENDA DA MEI NOS  
PRÓXIMOS 10 ANOS...

11

## 11. VISÕES PRELIMINARES PARA A AGENDA DA MEI NOS PRÓXIMOS 10 ANOS...

Os desafios de construção do futuro foram delineados na seção anterior. As lideranças entrevistadas compreendem que esses desafios demandam uma renovação da agenda da MEI, para responder às perguntas levantadas acima, como fica claro nas citações seguintes.

### **– Urge avançar em uma nova agenda para o próximo decênio**

*O Brasil precisa se conectar rapidamente aos circuitos internacionais de excelência em inovação. (Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI)*

*É preciso concluir a agenda pendente para concentrar atenção na nova agenda sistêmica, dirigindo o foco para a indústria 4.0, a Internet das Coisas, a Inteligência Artificial, a sensorização, as comunicações. (Mauro Kern, Vice Presidente Executivo de Engenharia da Embraer)*

*A MEI precisa de uma repactuação de sua agenda para um novo ciclo. Para estar à altura dos desafios precisa de ousadia e inconformidade. Há o risco de que se abra uma 'boca de jacaré' entre a 4ª revolução industrial e a realidade do país. O tempo encurtou e joga contra nós. É preciso senso de urgência. (Horácio Piva, Membro do Conselho de Administração da Klabin)*

*A MEI pode contribuir para formar uma visão compartilhada com a sociedade sobre o futuro do Brasil. (Gianna Sagazio, Diretora de Inovação e Superintendente do IEL/NC)*

### **– A MEI precisa continuar ativa e ajudar a construir uma governança de alto nível para a política de inovação, que assegure recursos com tempestividade, eficiência e estabilidade**

*Falta ao Brasil um projeto de país, falta uma política de inovação integrada às políticas industrial e de comércio exterior. A governança da inovação continua fragmentada. A MEI precisará trabalhar muito para que a inovação alcance uma governança integrada, coerente, de alto nível. (Pedro Passos, Cofundador e Copresidente do Conselho de Administração da Natura)*

*A interlocução da MEI com o governo precisa ir além e incluir o comando da área econômica, com o intuito de fortalecer a política de inovação. (Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia e Diretor do SENAI)*

*A MEI consegue construir consensos positivos e agora precisa preparar uma estratégia eficaz de diálogo com o novo governo, almejando uma política articulada de inovação, que inclua o seu financiamento estável e de longo prazo. (Bernardo Gradin, Presidente da GranBio)*

**– O avanço da inovação requer uma mudança de mentalidade, cultura e conceitos**

*“O ambiente acadêmico brasileiro tem uma cultura de serviço público, oferece capacitação, forma mestres e doutores e realimenta a pesquisa per se, com pouca ou nenhuma exposição ao mundo dos negócios. É imprescindível uma mudança de mentalidade: não trabalhar por projetos e sim trabalhar por negócios.” (Ricardo Fellizola, CEO da PARIT)*

*A visão empresarial brasileira precisa evoluir e compreender que a inovação de verdade requer a prática efetiva e intensa de P&D, combinando a pesquisa aplicada com base científica sólida. (Ogari Pacheco, Presidente do Conselho Diretor da Cristália)*

*É urgente promover uma mudança profunda da cultura das Médias e Pequenas Empresas em prol da inovação. Inovação é ganho de eficiência e abertura de oportunidades que se traduzem em mais rentabilidade. (Paulo Afonso, Diretor Geral do IEL/ NC)*

*As empresas líderes no Brasil precisam mudar a forma de relacionamento com seus fornecedores, ajudando tecnicamente a habilitá-los para a manufatura 4.0, apoiando as iniciativas de retrofit e digitalização. (Besaliel Botelho, Presidente da Robert Bosch)*

*A Educação profissional e de nível superior precisa, rapidamente, evoluir dos conteúdos convencionais para conteúdos e especialidades de alta tecnologia e alto desempenho. (Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI)*

**– A competição internacional acirrada traz riscos e oportunidades**

*A única maneira de enfrentar a competição global é investir com força em P&D próprio, para desenvolver produtos inovadores - que abrem novos*

*mercados e têm margens mais altas - antes que os concorrentes o façam. Isto requer investimentos mais altos e mais predisposição ao risco. (Ogari Pacheco, Presidente do Conselho Diretor da Cristália)*

*A manufatura 4.0 traz oportunidades para buscar um caminho próprio. O Brasil pode se beneficiar da disputa internacional por padrões técnicos para gerar soluções inovadoras e interoperáveis. Deveríamos criar centros de experimentação, o SENAI e o IEL poderiam ajudar na coordenação de esforços e recursos. (André Clark, Presidente da Siemens)*

#### **– A inovação via startups e pequenas empresas**

*Para aumentar o esforço brasileiro de inovação empresarial será que deveríamos contar apenas com as grandes empresas acostumadas a processos gradualistas de melhoria e adaptação de produtos? Os processos de criação demandam abertura a novos conceitos, alta conectividade e muita flexibilidade. Empresas novas tendem a ser mais inovadoras, por isso as startups e PMEs tecnológicas deveriam ser priorizadas. (Ricardo Fellizola, CEO da PARIT)*

*Desburocratização e simplificação de procedimentos, protocolos e demonstrações são necessários para o florescimento de startups e pequenas empresas de base tecnológica. Exigências complexas e trabalhosas consomem energia que poderia ser dedicada à inovação. (Mauro Kern, Vice Presidente Executivo de Engenharia da Embraer)*

*As startups também devem ser promovidas pelas grandes empresas como meio para acelerar processos de inovação de seu interesse. (Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI)*

#### **– Diálogo com a sociedade sobre os novos temas do futuro: hiperconectividade e revolução tecnológica, emprego e inclusão social, educação, sustentabilidade ambiental, saúde e qualidade de vida na terceira idade**

*A MEI precisa abarcar novos temas e desafios – o futuro dos empregos; os desafios da educação e da produtividade; as novas formas de sociabilidade através de redes e mídias; a sustentabilidade ambiental; o envelhecimento das populações. É essencial que a MEI dialogue com a sociedade. A compreensão da relevância da inovação chegou no plano das empresas, mas ainda não abrange o país. (Horácio Piva, Membro do Conselho de Administração da Klabin)*

*A MEI pode ajudar a criar na sociedade brasileira uma nova visão aspiracional que tenha a inovação como força mobilizadora. Não pode se restringir aos empresários, academia e pesquisadores - os trabalhadores precisam participar desta jornada discutindo o futuro do trabalho, do emprego, da educação e do treinamento profissional e a repartição dos ganhos de produtividade. (André Clark, Presidente da Siemens)*

**– Reforço, aperfeiçoamento e novas tarefas para a MEI**

*A MEI precisa se abrir para as empresas de médio e pequeno porte, induzindo a disseminação das técnicas de manufatura avançada, em parceria com universidades e institutos e deve fazê-lo com base em métricas de resultados (Paulo Afonso, Diretor Geral do IEL/ NC)*

*A MEI deve pensar em como desenvolver novas plataformas operacionais de apoio à inovação, sempre de caráter plural e aberto. (Bernardo Gradin, Presidente da GranBio)*

*A agenda futura da MEI terá que ser ambiciosa e desafiadora e a CNI irá se desdobrar ao máximo para cumprir a sua parte: Investimentos adicionais do SENAI e do SESI serão mobilizados para dotar o Brasil de uma rede laboratorial de classe mundial. (Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI)*







PONTOS DE CONCLUSÃO

12

## 12. PONTOS DE CONCLUSÃO

Depreende-se das mensagens dos representantes do Comitê de Líderes nas duas últimas edições do Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria e das observações colhidas nas entrevistas realizadas para este trabalho, que a agenda futura da MEI está carregada de desafios capitais.

Desde logo, cumpre à MEI manter e reforçar a sua missão precípua – a de mobilizar as empresas pela inovação. Isto significa trabalhar com muito afinco para aumentar o número de empresas inovadoras, inclusive MPE e startups, e para incorporar a inovação na alta gestão de contingente ainda maior de empresas.

Mas, além da esfera empresarial, na sua ação mobilizadora a MEI deve dialogar com a Sociedade, tendo em vista a relevância da inovação para o desenvolvimento econômico e social e para a qualidade de vida no futuro, ajudando a criar uma visão compartilhada e legitimada em torno a uma estratégia nacional de inovação de grande alcance.

No plano da articulação com o governo, a **MEI** precisará dar conta de um triplo desafio:

**Primeiro:** atuar junto ao novo governo, em parceria com a comunidade científica, para recompor o orçamento federal de educação e C&T e assegurar sua estabilidade;

**Segundo:** acelerar a concretização da agenda da MEI ainda não conquistada: aperfeiçoamento da Lei do Bem; avanços nas lacunas no Marco Regulatório de CT&I; melhoria substancial da coordenação e sintonia entre os instrumentos, agências e instituições de fomento; avanços nas agendas de formação de recursos humanos e de uso do poder de compra público; avanços adicionais no desempenho de órgãos de regulação e planejamento;

**Terceiro:** trabalhar para que a política de CT&I ganhe integração, coerência e prioridade de longo prazo; incorporar à agenda da MEI um conjunto de propostas para responder aos desafios das inovações disruptivas, combinando velhos e novos instrumentos com monitoramento da qualidade e dos resultados dos programas, criação de projetos mobilizadores orientados por missões, fomento às startups e aceleração de PME de base tecnológica, busca de crescente legitimidade social da CT&I.



ÍNDICE DE CONFIANÇA DO  
EMPRESÁRIO INDUSTRIAL –  
ICEI BRASIL INDÚSTRIA DE  
TRANSFORMAÇÃO

APÊNDICE

# APÊNDICE – ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL – ICEI BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO



Fonte: CNI, 2018.

**IEL – Núcleo Central**

*Paulo Afonso Ferreira*  
Diretor-Geral

**SUPERINTENDÊNCIA DO IEL**

*Gianna Cardoso Sagazio*  
Superintendente

**DIRETORIA DE INOVAÇÃO – DI**

*Gianna Cardoso Sagazio*  
Diretora de Inovação

**Gerência Executiva de Inovação**

*Suely Lima Pereira*  
Gerente Executiva de Inovação

*Débora Carvalho*  
*Suely Lima Pereira*  
Coordenação Técnica

*Afonso de Carvalho Costa Lopes*  
*Débora Mendes Carvalho*  
*Cândida Beatriz de Paula Oliveira*  
*Rafael Mônaco Floriano*  
*Patrícia Marinho Costa*  
*Zil Miranda*  
Equipe Técnica

**DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM**

*Carlos Alberto Barreiros*  
Diretor de Comunicação

**Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP**

*Carla Gonçalves*  
Gerente Executiva de Publicidade e Propaganda

*Walner Pessoa*  
Produção Editorial

**DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC**

*Fernando Augusto Trivellato*  
Diretor de Serviços Corporativos

**Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF**

*Maurício Vasconcelos de Carvalho*  
Gerente Executivo de Administração, Documentação e Informação

*Jakeline Mendonça*  
Normalização pré e pós-textual

---

*Editorar Multimídia*  
Revisão Gramatical

*Editorar Multimídia*  
Projeto Gráfico e Diagramação

*Macrotempo*  
*MP Consultoria*  
Consultorias





MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL  
PELA INOVAÇÃO

# A MEI E O DESAFIO DA INOVAÇÃO NO BRASIL

UM BALANÇO DE  
**10 ANOS**  
DE AVANÇO



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**